

O PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE BOSSOROCA/RS

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos¹
Cosete Nascimento do Nascimento²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo perceber as possibilidades e potencialidades patrimoniais existentes em Bossoroca/RS. Diante disso, se faz uma análise acerca do que é considerado patrimônio cultural hoje, e, são traçadas considerações sobre as relações do poder que se estabeleceram no decorrer do tempo, reproduzindo símbolos e representações capazes de articular a memória de determinados grupos. São apontadas as percepções sobre a relevância e potencialidade que as ações patrimoniais exercem ou podem exercer sobre uma comunidade contribuindo para rupturas ou continuidades dos modelos sociais estabelecidos, e, ainda se avalia o comprometimento ou não dos agentes patrimoniais com a construção da cidadania e a realidade social frente aos processos culturais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Relações de Poder; Compromisso Social.

Abstract: This paper aims to realize the possibilities and cultural potential existing in Bossoroca/RS. Therefore, an analysis is made about what is considered the cultural heritage today, are trace and considerations on the relations of power that have settled over time reproducing symbols and m representations able to articulate the memories of certain groups. Will be shown the perceptions about the relevance and potential that the actions engaged in property or they can have on a community contributing to or continuities of ruptures established social models and also assesses the impairment or not the property agents with the construction of citizenship and social reality front of the cultural processes.

Key-Words: Patrimony; Power relations; social commitmet

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende perceber e compreender o Patrimônio Cultural existente em Bossoroca/RS [coordenadas: 28°43'47"S/54°54'19"W] e a sua representatividade para o município, bem como a potencialidade que tais patrimônios tem para promover o desenvolvimento da cidadania.

Contemplar as cercas e mangueiras de pedra espalhadas pelo município, o “cemitério dos cativos”, as velhas casas que foram sede das primeiras fazendas, nos instigam a buscar compreender esses lugares e os seus significados.

As impressões que temos dos lugares nos são possibilitadas pela memória através de experiências vividas ou compartilhadas com o grupo social onde vivemos e de onde surgem as representações.

Muitas recordações que incorporamos ao nosso passado não são nossas, nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós [...]. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiência e embates.[...] Muitas lembranças que

¹ Doutor em História pela USP – Professor dos cursos de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural e em História – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM E-mail: j-quevedo@uol.com.br

² Mestranda em História e Patrimônio Cultural – Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - Santa Maria/RS. E-mail: cosetenascimento@hotmail.com

relatamos como nossas, mergulham num passado anterior ao nosso nascimento e nos foram contadas tantas vezes que as incorporamos ao nosso cabedal (BOSI, 1983, p. 331-334).

Este artigo está respaldado na pesquisa qualitativa, entendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2006, p. 23).

Cada lugar, seja uma pequena comunidade ou uma metrópole, tem suas lembranças, retratadas nos seus prédios ou construções, nos saberes e fazeres das pessoas do lugar, nas comidas, nas roupas, em cada canto da cidade ou vilarejo, nas festas tradicionais, nos ritos religiosos, nos costumes cotidianos, nos seus lugares preservados, enfim, no jeito e no ritmo que são próprios do lugar e decorrem de representações sociais que se estabeleceram nestes lugares e nas pessoas dali através do tempo e das experiências que são comuns àquele grupo.

São essas características comuns, ou os lugares que suscitam memórias coletivas o que percebemos como patrimônio cultural. O ser humano é, portanto, o centro dessa relação, eis que é dele e para ele que toda ação de preservação e valorização patrimonial há que se voltar.

Pensando o sentido de Patrimônio Cultural, devemos vinculá-lo na teia das relações de poder, que ao longo dos diferentes processos históricos foram se estabelecendo e projetando representações e símbolos que estão presentes na sociedade, construindo as identidades ou identidades do lugar e sendo capazes de manter as estruturas sociais existentes.

Consideramos nesse debate a pertinência da reflexão sobre Patrimônio Cultural, recuperando algumas construções conceituais significativas para o presente artigo. Num segundo momento, tecemos algumas considerações sobre patrimônio e relações de poder, a relevância do patrimônio para a comunidade, bem como o contexto histórico do município Bossoroca/RS. No terceiro momento, comentaremos através da contextualização a prática de estudo realizada e, posteriormente, apresentamos nossas considerações finais.

1 PATRIMÔNIO CULTURAL

As discussões que permeiam o patrimônio cultural estão imbricadas de considerações e disputas em torno do que é e da forma como são direcionadas as questões relativas aos seus encaminhamentos.

Etimologicamente, o termo patrimônio surgiu com os greco-romanos para referenciar a herança que passava de pai para filho, de geração em geração, demonstrando claramente a intenção de entregar um bem para outra geração. Dentro do direito romano o patrimônio

estava diretamente ligado à propriedade de bens materiais. Com o passar do tempo o termo foi ressignificado e passou também a designar o legado cultural passível de ser deixado para as futuras gerações.

A Organização das Nações Unidas (UNESCO), organismo internacional criado após a Segunda Guerra Mundial, criou mecanismos para eleger e salvaguardar bens que são referências para a humanidade no campo cultural e ambiental, influenciando para movimentos internos de preservação patrimonial. De acordo com a UNESCO “Patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define como patrimônio os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. E prevê ainda que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

O que se tem estabelecido em lei, como patrimônio hoje no Brasil, é resultado do movimento surgido na década de 1930, que tem como expoente maior o poeta Mário de Andrade e o Anteprojeto de Lei que deu origem ao SPHAN³. Apesar de o projeto original ter sofrido consideráveis alterações, no sentido de que se buscava no momento a construção de uma identidade nacional pautada na homogeneidade, e essa idéia afastava a pluralidade percebida por Mário de Andrade:

Como ator político preocupou-se sempre em dar sustentação à vida cultural do país, em analisar cuidadosamente a diversidade nacional, em instrumentalizar os jovens intelectuais e finalmente em incorporar o Brasil no fluxo da civilização contemporânea (CHAGAS, 2002, p. 211).

As considerações de Mário de Andrade acerca da pluralidade cultural do Brasil trazem à baila discussões que ainda hoje são atuais e assumem caráter cada vez mais definitivo fazendo pensar sobre as manifestações culturais produzidas ou referenciadas pela massa social e não por uma elite, o que foi imperativo ao longo da história no Brasil.

As análises e considerações acerca do patrimônio cultural, elaboradas por Mário Chagas exaltam transitoriedade e relatividade quando fala:

O patrimônio cultural se constitui a partir da atribuição de valores, funções e significados aos elementos que o compõe [...] Construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos, permite avançar em sua dimensão política, econômica e social, permite compreendê-lo como espaço de disputas e luta, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses (CHAGAS, 2002, p. 17).

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Serviço Público dedicado a preservação do patrimônio histórico brasileiro.

Há que se registrar, portanto que o conceito de patrimônio é terreno em construção, palco de discussões e disputas, visto que as ações patrimoniais encerram em si um leque muito grande de possibilidades.

1.1 PATRIMÔNIO E RELAÇÕES DE PODER

Há indiscutivelmente uma intenção política em cada ação de preservar ou não um patrimônio, de se reconhecer como tal uma ou outra edificação ou manifestação cultural. Não existe neutralidade nas ações preservacionistas, se guarda ou não de acordo com o interesse que se tem.

Acerca disso, Chagas comenta que:

Preservar e destruir, musealizar e não - musealizar, memorizar e esquecer formam pares bailarinos desenhando no tempo e no espaço uma coreografia esquisita, ao som de uma música que soa ora muito familiar, ora muito estranha. Não é fácil identificar quem puxa a dança.

Os bailarinos frequentemente se confundem.

Para além da metáfora, interessa compreender que preservar e destruir, musealizar e não musealizar, memorizar e não memorizar não constituem fins em si mesmos [...] todas as ações de preservação, musealização e memorização estão a serviço de determinados sujeitos, o que equivale a dizer que elas ocorrem como um ato de vontade, como um ato de poder (CHAGAS, 2002, p. 18).

As relações de poder que se estabelecem na sociedade seguramente é que ditam o que se guarda ou se deixa de lado, caracterizando o ato de guardar ou não como um ato político, uma escolha, que repercute na manutenção ou não de determinados aspectos dentro de tal sociedade. A partir disso é que se estabelecem os modelos sociais a serem seguidos e a necessidade de conformar todos os entes sociais dentro de um arranjo que parece ser concebido naturalmente, mas que na verdade é articulado pelas classes que detém o poder dentro da estrutura social. Esse poder estrutura-se através de símbolos e representações que perpassam gerações e muitas vezes podem ser traduzidas em aspectos culturais. Segundo Pierre Bourdieu os símbolos tornam possível o consensus acerca do mundo social que contribui fundamentalmente para a produção da ordem social (BORDIEU 1998, p. 10).

O simples ato de preservar não necessariamente garante que isso se reverterá em ação de valorização de determinado grupo, visto que o mesmo objeto pode ser usado para construção ou desconstrução de valores e imagens, como aponta Chagas (CHAGAS 2002, p.18), ao comentar acerca da ação de preservar ou não determinado patrimônio quando se posiciona a respeito disso dizendo que “... como se esquecer e perder constituísse males absolutos, e os seus opostos, supremos bens; como se os esquecimentos e as perdas não pudessem abrir portas e janelas...”.

O fato de que muitas vezes a ausência não traz necessariamente o esquecimento e em contra ponto esta nem sempre torna significativa a presença, é elucidado nas palavras de Chagas, quando ele argumenta neste sentido dizendo: “como se a preservação e a memória não pudessem ser manipuladas e como se os indivíduos e grupos não pudessem também ser construídos tanto pela presença como pela ausência” (CHAGAS, 2002, p. 18).

Nessa perspectiva, há que se atentar para o fato de que nem sempre a ação de deixar desaparecer, de apagar, de esquecer é negativa ou a menos é para todos. Depende sempre do que e para quem.

A questão está então no que fazer com o bem preservado. No olhar que se pode lançar sobre ele, nas leituras que são possíveis de se fazer. Uma intervenção patrimonial tem em si um leque muito grande de possibilidades.

Repousa nestas possibilidades o grande interesse de ancorar no estudo e nos projetos patrimoniais ações de construção de cidadania e reconstrução social, buscando perceber o que se busca ou se deixa de lado no momento de afirmar a identidade ou as identidades de um lugar. O comprometimento com as questões sociais torna-se relevante visto que o patrimônio cultural é potencialmente um instrumento capaz de interferir na estrutura social.

Nessa percepção, o ato de preservar é uma ação política, e assim sendo torna-se relevante o fato de se perceber a ideologia do agente ou grupo que preserva. Há que se perceber quem faz (agente social) e para que se faz.

1.2 A RELEVÂNCIA DO PATRIMÔNIO PARA A COMUNIDADE

No município de Bossoroca/RS existem evidências históricas que revelam muitas características do passado as quais se fazem presentes até hoje na sociedade.

Existe uma busca permanente por legitimar determinados signos da cultura local em detrimento de outros, mostrando claramente uma disputa em torno dos símbolos que por sua vez servem para estabelecer o poder. Isso vem ao encontro do que nos diz Bourdieu:

Enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento é que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Ao perceber o patrimônio cultural que um município ou uma cidade abriga é reconhecer suas origens, o que abre caminhos para compreender as estruturas próprias que determinada sociedade encontrou ao longo do tempo para “acomodar” seus entes sociais, servindo-se de símbolos e representações que muitas vezes não estão visíveis num primeiro

olhar e que dão a sustentação para o estabelecimento do modelo social instaurado. Essas representações sociais geralmente fazem parte do cotidiano das pessoas e se tornam tão presentes que são imperceptíveis ao grupo nos seus movimentos rotineiros, mas altamente reveladores, quando avaliados com o distanciamento necessário.

O reconhecimento de suas origens e o entendimento das relações que se estabeleceram no decorrer do tempo se tornam potenciais para a formação e prática da cidadania através do sentimento de pertencimento ao lugar e a partir da percepção de que se faz parte daquela história, sendo portanto sujeito histórico que pode contribuir para manter ou transformar realidades, inserindo-se ou não como partícipe no processo histórico.

As representações que acompanham um patrimônio precisam ser identificadas, resguardadas e respeitadas, pois as comunidades que se reconhecem em determinado patrimônio vêm nele o vínculo com o passado. Daí a necessidade de interpretar o que os grupos envolvidos trocam com os seus ícones históricos, para que esse conhecimento e essas trocas possam gerar qualidade de vida, disposição para suprir necessidades oriundas muitas vezes de um passado de exclusão.

Um patrimônio no qual a comunidade se reconhece tem a possibilidade de contribuir para a legitimação de grupos que, por um passado histórico elitista e autoritário foram deixados excluídos. Afirmar esses símbolos e as representações que ressignificam esse passado trazendo novos elementos, para que tais grupos possam se colocar como sujeitos, fortalecidos pela idéia que essa referência comum evoca, posicionando-se frente a frente com outros grupos não mais como submissos, mas sob a premissa da diversidade, talvez seja a mais significativa possibilidade dos patrimônios culturais.

Há, a partir disso, a possibilidade de se romper amarras existentes, sendo que o conhecimento e o entendimento dos processos de formação da identidade podem servir como base para reflexões acerca da realidade existente, configurando novas perspectivas de entendimento, relacionamento com o passado e com as estruturas resultantes do processo histórico.

1.3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE BOSSOROCA

Os vestígios recuperados pelas pesquisas arqueológicas⁴ nos revelam que os primeiros grupos sociais que viveram no local foram comunidades de populações guaranis.

⁴ A equipe de estudiosos do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA), da Universidade Federal de Santa Maria, coordenada pelo Prof. Dr. Arqueólogo pelo MAE/USP Saul Eduardo Seigner Milder, pesquisou a região no período de 2001/2003.

Deles nos vem o nome do lugar: Bossoroca, ou seja, *terra fendida*⁵, que compõem os “territórios cónitos”, amplamente conhecidos, reconhecidos e manejados pelos grupos que ali viviam da pesca, caça, coleta e horticultura. Esse conjunto de conhecimentos constitui a memória histórica dos grupos que habitavam as várzeas do rio Piratini, o qual corta o município na atualidade.

Os GUARANI que viviam na Bossoroca estavam organizados em TEKOHÁ, comunidades de horticultores que se alimentavam da colheita, da caça e coleta. O TEKOHÁ guarani [denominado Boçoroca], era o espaço geográfico, étnico, sagrado, propício para se viver e reproduzir. Era nesse espaço que a comunidade guarani vivia o seu modo de ser o ÑANDE REKO, ou seja, modo de ser guarani. Essa herança guarani é evidenciada através de seus vestígios arqueológicos como pontas de flechas, projéteis, resquícios de cerâmica, entre outros⁶.

Também nos servimos do tronco lingüístico para recuperar o cotidiano guarani e as primeiras formas de ocupação do lugar, residindo aí a importância do nome do lugar. Em suma, essa terra fendida e suas ligações com o rio Piratini possibilitaram a comunidade guarani viverem, ocuparem o local e batizarem-no compartilhando os costumes e a cultura no convívio entre si⁷.

Todavia, os vestígios arqueológicos da pesquisa apontada sinalizam a presença de vestígios do grupo étnico de CHARRUA, evidenciando que esses disputavam o espaço com o GUARANI, comprovando assim que essa ocupação não era tão pacífica, pelo contrário, incluiu guerras, alianças, laços de parentesco⁸. Nessas disputas, o GUARANI impôs a sua dominação, tornando-se o grupo hegemônico no local. Dessa forma, os primeiros vestígios da presença guarani no local servem para definir as suas heranças na constituição do patrimônio cultural bossoroquense.

A partir do século XVII ocorre a chegada dos missionários da Companhia de Jesus, o que levou ao encontro dos mundos e dos modos de ser guarani e ibérico. Esse encontro ocorreu em meio aos conflitos definidos pelas expansões ibéricas, expressas em universos

⁵ O nome origina do vocábulo guarani, Boçoroca = Barroco, sangão fundo ou Bossoroca - de Iby-Soroc. Iby = terra; Soroc = rasgão, chão rasgado, fenômeno que ocorre por efeito das águas em terrenos arenosos.

⁶ SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1997 [coleção arqueologia; 4], pp. 115-172; TORRES, D.G. **Cultura Guarani**. Asunción : Editora Litocolor, 1997, pp 165-189.

⁷ MELIÀ, B. **El Guaraní Conquistado y Reducido**: ensayos de etnohistoria. Asunción : CEADUC, 1996. Nessa obra o autor reúne vários ensaios de sua autoria onde discute e aprofunda aspectos da cultura guarani em particular a questão lingüística.

⁸ Sobre essas disputas conferir os estudos: BROCHADO, J. P. *O Guarani: o conquistador vencido*. In: RAMIREZ, H [organizador]. **O Índio no Rio Grande do Sul**: perspectivas. Porto Alegre : Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1975, pp. 71-81; BECKER, I. I. B. *El índio y la colonización: Charrúas y Minuanes*. Revista **Pesquisas**. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 37:1-286, 1984.

simbólicos diferentes, estranhos, quase sempre antagônicos, mas que propiciaram negociações, quando as comunidades locais guaranis passaram a interferir na realidade que se lhes apresentava. Dessa forma, guaranis e jesuítas foram os atores sociais, em meio aos estranhamentos e convívios construíram uma realidade social com as suas inflexões culturais, econômicas e políticas, transformando a antiga paisagem cultural do TEKOHÁ em comunidades de guarani-missioneiros e jesuíticas, a partir da realidade da evangelização das populações originárias da localidade.

Dessa forma, nas origens do atual município de Bossoroca, encontramos a presença guarani em processo de mudança para as sociedades ibérico-hispânicas, negociadas com os jesuítas. Os guaranis preservaram valores, códigos pertinentes ao universo simbólico do ÑANDE REKO, como se expressa na nomenclatura geográfica do local. Assim, gradativamente, foi se construindo, formando os povoados guarani-jesuíticos, espalhados pela região do Rio da Prata, pela província jesuítica do Paraguai, criada em 1609, pela Companhia de Jesus.

No final do século XVII foram fundadas seis povoações na Banda Oriental do Rio Uruguai, que resultou numa complexa e notável experiência social, de uma formidável organização socioeconômica e política, onde os guarani-missioneiros e os jesuítas em nome da Companhia de Jesus, da Corte de Espanha e da Santa Sé católica, foram os arautos dessa experiência. A formação de Bossoroca⁹ aparece na área de estâncias de Santo Tomé, em suas proximidades com as estâncias de São Miguel, permanecendo na atualidade a estrada geral, que conduzia o local até o povoado de São Miguel. Por essa estrada ainda hoje utilizada, movimentavam-se guarani-missioneiros peões, vaqueiros, tropeiros, os quais conduziam o gado em pé para os currais de São Miguel, que levavam consigo idéias, normativas, códigos culturais.

Na localidade, essa experiência é constantemente revisitada, ressignificada e reatualizada no tempo presente, já que a população de Bossoroca busca seus nexos identitários com esse passado jesuítico-guarani, às vezes se confundindo com os fatos fundantes das Missões Jesuítico-guaranis, quase que se perdendo em narrativas de tempos imemoriais.

Desse passado jesuítico-guarani convém destacar a experiência fronteiriça, essas construções humanas sempre constantes na região e que permitiram contatos, passagens e intercomunicações. Na estrada geral, diferentes grupos sociais agiram e interagiram, em

⁹ FIALHO, I.J. B. **Pioneiros de Bossoroca**. Bossoroca : EDUNIUI, 1992. O autor reconhece a paisagem missioneira [p.11] na formação de Bossoroca, sem aprofundar a análise.

momentos diferenciados, circulando as principais riquezas da região – o gado em pé e erva mate – mercadorias que circulavam com fluência entre os hispânicos e os luso-brasileiros.

Assim, a frente ibérica na região não se restringiu apenas a presença de súditos da Corte de Espanha, mas também a presença constante e eficiente dos súditos da Corte de Portugal, como tropeiros, conquistadores, aventureiros, afrodescendentes¹⁰, mestiços, enfim, um conjunto populacional que colocava a colônia portuguesa na América em movimento, a fronteira em movimento, em suas continuações e oposições, em suas ações de ruptura/continuidade/descontinuidade entre o mundo ibérico e o mundo das populações indígenas. Nesse cotidiano fronteiriço encontramos a dinâmica das trocas e das relações sociais, ou seja, é na compreensão da vida cotidiana das fronteiras platinas que percebemos a atuação das instituições e organizações ibéricas colonizadoras com as populações originárias (povos tradicionais).

Os súditos da Corte de Portugal se expandiam pela região do Rio da Prata desde 1680, quando fundaram a Colônia do S. Sacramento. Da área de Sacramento em direção as Missões Orientais, os luso-brasileiros foram se expandindo, ocupando áreas, principalmente do litoral do atual Rio Grande do Sul, batizado à época como os campos de Viamão ou o Continente de São Pedro. Nessa região o governo português concedeu sesmarias nos campos do Rio Tramandaí, a partir de 1732, conforme Laytano: “as primeiras sesmarias concedidas no Rio Grande, foram em 1732 e 1733 pelo conde de Sanzedas [...]” (LAYTANO, 1986, p. 14). Gradativamente os luso-brasileiros se expandiram de leste para oeste, apossando-se do gado que se criava extensivamente pelo Continente de São Pedro e ocupando as terras. Nesse processo rumo a oeste o comércio, as trocas, garantiu a sobrevivência de muitos e as relações econômicas (tanto comércio quanto contrabando) foram de reciprocidade, convivência, permeadas por tensões políticas e conflitos.

Os acontecimentos culminaram com as decisões das cortes ibéricas em acordar o Tratado de Madri de 1750, que definiu os espaços de ocupação colonial: a região da Amazônia ficava para a Corte de Portugal – a América Portuguesa – enquanto a região do Rio da Prata ficava para a Corte de Espanha – a América Espanhola – nela estavam as Missões Jesuítico-guaranis e Posto de Bossoroca, na estância de São Miguel, que abastecia o povoado daquela estância. Nos meandros do tratado, as Missões e no caso Bossoroca, deveriam ser entregues à Portugal, se constituindo na parte meridional sul da América Portuguesa.

¹⁰ DARONCO, L. J. **A sombra da Cruz**: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos crimes (1840-1888). Passo Fundo : EdUPF, 2006 [coleção Malungo; 12]. Nessa obra o autor aborda sobre as relações escravistas na região das Missões ao longo do século XIX, podendo servir de fulcro à análise da chegada dos africanos e descendentes em Bossoroca.

Efetivado o acordo as Cortes Ibéricas pretenderam desocupar o território missioneiro, mesmo contrariando os interesses de parte dos guarani-missioneiros, os quais resistiram às determinações, provocando a ira das forças luso-espanholas que se uniram para derrotar os índios na rebelião colonial conhecida por Guerra Guaranítica.

Algum tempo depois as Cortes ibéricas assinaram o Tratado El Pardo, em 1761, cujas disposições do acordo de Madri foram anulados favorecendo aos hispânicos ocuparem o território da Capitania de São Pedro e de Santa Catarina. Nesse processo, o povoado de Rio Grande e as sesmarias foram ocupadas e se mantiveram em guerra até 1777, quando foi celebrado o Tratado de Santo Ildefonso. Nesse ínterim, a Companhia de Jesus foi expulsa da América Espanhola, em 1768 e a mesma foi suprimida através da bula papal “*Dominus ac Redemptor*” assinada por Clemente XIV em 21/07/1773.

Essas ações alteraram o sentido das Missões, que deixaram de ser jesuíticas, não podendo mais se aplicar o sentido jesuítico as mesmas. Foi quando, outras ordens religiosas e leigos (militares e funcionários públicos, auxiliados por particulares) passaram a administrar os povoados missioneiros de guaranis, que se encontravam desfalcados com as guerras tanto nos recursos humanos como materiais, portanto, é correto pensar que: “os administradores espanhóis, que substituíram os jesuítas após sua expulsão em 1768, não respeitavam os valores da cultura guarani” (FLORES, 1986, p. 107). Os administradores fizeram esboroar a experiência que havia se solidificado. Se antes, durante a experiência jesuítico-guarani ele estava incluído no projeto de evangelização, após esses fatos, o guarani-missioneiro gradativamente passou a ver os seus interesses excluídos.

Nas décadas finais do século XVIII os luso-brasileiros foram incorporando aos seus interesses e a América Portuguesa as terras do oeste da Capitania do Rio Grande de São Pedro, ultrapassando o forte de São Martinho da Serra, legalizadas através da doação de sesmarias e da posse do gado existente nas estâncias missioneiras.

No começo do século XIX, em 1801, as Cortes Ibéricas se vêem envolvidas em campos opostos na Guerra das Laranjas, episódio que teve desdobramentos na Capitania de São Pedro, quando súditos da Corte de Portugal saíram de Rio Grande e de Rio Pardo no intento de expandir as fronteiras da Capitania até os rios Uruguai e da Prata, o que envolvia o território missioneiro.¹¹ Foram organizadas pequenas tropas de milicianos, que realizaram os primeiros ataques. O militar, major de milícias, e estancieiro Manuel dos Santos Pedroso [Maneco Pedroso] organizou uma tropa de 30 homens armados à guarda do Passo dos

¹¹ CAMARGO, F. **O Malón de 1801**: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo : Clio Livros, 2001. Nessa obra o autor examina com profundidade as implicações da Guerra das Laranjas no Rio Grande de São Pedro, sendo possível perceber as implicações desses episódios para Bossoroca.

Ferreiros, de onde partiu via Boca do Monte [próximo à atual Santa Maria-RS], Águas Negras e Passo do [rio] Ibicuí para conquistar o forte espanhol de São Martinho da Serra, contando com o apoio do comerciante e contrabandista José Francisco Borges do Canto e seus 15 homens armados. Segundo Tau Golin: “Enquanto o rival Maneco Pedroso se dedicava à rapinagem, no dia 3 de agosto, Borges do Canto tomou o caminho geral das Missões, usado há décadas pelos guaranis nas viagens entre os Povos e Santa Tecla” (GOLIN, 2002, p. 214). O bando de Manuel Pedroso ocupou São Nicolau e na sequencia São Borja. Borges do Canto foi além da meta e com apoio de índios Guarani combateu os espanhóis nos povoados de São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo. Enquanto ocorriam os combates nesses povoados, os habitantes de São Lourenço, São Luís Gonzaga e São Nicolau fugiram em massa, facilitando o avanço do grupo de Borges do Canto. Os guaranis são-borjenses não esperaram a chegada da tropa de Borges do Canto, aprisionaram o administrador espanhol e o entregaram aos luso-brasileiros. O bando armado de Maneco Pedroso avançou até Quarai, invadindo as terras de Paysandú, Curuzu-Quatiá e povoados próximos e o líder passou a residir na Fazenda Sarandi.

Enquanto isso, ao sul, as tropas comandadas pelo capitão de milícias Simão Soares da Silva e do tenente José Antunes da Porciúncula invadiram o forte do Chuí, na região do Taim. Quase que simultaneamente a tropa do coronel Patrício José Correia da Câmara, liderada pelo tenente Antônio Alves, invadiu o forte de Cerro Largo, derrotando as tropas espanholas. As demais fortificações espanholas foram abandonados pelos espanhóis e ocupados por destacamentos portugueses, sendo o mais importante espólio o forte de Santa Tecla, na atual cidade de Bagé. Sobre esse momento de 1801 escreve Sandra Jatthy Pesavento:

Com a conquista das Missões Orientais, em 1801, por Manuel dos Santos Pedroso (um estancieiro/soldado) e José Borges do Canto (desertor dos Dragões e contrabandista), com o beneplácito das autoridades portuguesas, o Rio Grande do Sul conquistou sua fronteira oeste. As Missões, que se achavam em decadência sob a administração espanhola leiga, transformaram-se em nova área para expansão das sesmarias (PESAVENTO: 2002, p. 23).

O governo português passou a assumir o controle da região e do território das Missões, concedendo sesmarias aos súditos luso-brasileiros, entre elas Bossoroca. Após o movimento de conquista das Missões orientais pelos portugueses a região foi transformada em nova área de expansão das sesmarias portuguesas, que trouxeram consigo a propriedade privada da terra e conseqüentemente o modelo social assentado na grande propriedade rural.

A questão da ocupação das terras após a conquista portuguesa, no entanto tem novas abordagens e a concessão de sesmarias já não é vista como a única forma de apropriação de

terras no período oitocentista. Farinatti ao analisar a constituição das propriedades no município de Alegrete, revela novos entendimentos apontando para o fato de que: “Ao lado das doações de sesmarias, as posses por ocupação simples, as compras e as usurpações também marcaram presença naquele contexto” (FARINATTI, 2010, p. 163). Nesse sentido devemos compreender a análise de Zarth ao analisar o processo de ocupação de terras no noroeste do Rio Grande do Sul, que aponta para “[...] esse processo de ocupação lusa do território missioneiro foi realizado também às margens do sistema oficial de concessão de sesmarias” (ZART, 2002, p.58-59). De acordo com ele, as terras da região das Missões que foram conquistadas pelos portugueses em 1801 passaram a ser vendidas pelos administradores do território, que se julgavam com o direito de fazer este tipo de negócio. Além disso completa que: “que era mais fácil comprar a terra do que requerê-la em forma de sesmaria, processo que exigia demorada tramitação e que, no final, dependia da indicação dos mesmos chefes militares que vendiam as terras por preços bastante baixos” (ZART, 2002, p.58-59). Numa compreensão convencional, Laytano vincula a distribuição de sesmarias a origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul e conseqüentemente, mais tarde na região das missões, após a conquista portuguesa em 1801.

A terra tinha que ser usada, não devia ser vendida, era doada; exigia-se a posse dela como utilização; era imposta uma carência do ocupante que estava nas terras que ia requerer como doação do governo, um número determinado de anos. Assim, alguém que já ocupasse a terra que pedia, conseguia obtê-la gratuitamente do Estado, mas com base em obrigações legais (LAYTANO, 1986, p. 13).

O intuito maior era o de obrigar o requerente a permanecer na terra, garantindo, portanto, que o território não fosse novamente ocupado pelos espanhóis – ou como eram tratados – os castelhanos.

Buscando entender a extensão das propriedades que se estabeleceram através da concessão de sesmarias encontra-se em Laytano as seguintes anotações:

A sesmaria era concedida em carta régia, a título, a quem se comprometesse a certas e determinadas condições, especificadas na legislação da terra, em vigor na época (1986, p. 15). A Sesmaria é uma concessão de terras pela qual se dá ao sesmeiro o domínio sobre uma área variando entre três léguas em uma dimensão por outra em largura e uma e meia em quadra, isto é, uma superfície total que compreende entre 13 mil e 10 mil hectares em números redondos. Uma sesmaria contém 150 quadras, portanto, cada légua de sesmaria, equivale a 50 quadras. Uma quadra de sesmaria é igual a 87 ha. 12, ou 132 m de frente por 6.600 m de fundo [...] (LAYTANO, 1986, p. 15).

Até 1801 Bossoroca enquanto território missioneiro era conhecida de "Estâncias de Santo Tomé". Com a concessão de terras pelo governo português, chegou a este local o primeiro povoador José Fabrício da Silva, que acampou em local que viria a ser chamado de

Igrejinha, justamente em razão da morte de um de seus filhos no local e a construção de um túmulo com formato de capela e que lembrava aos passantes uma igreja. O nome Igrejinha se generalizou e passou em determinado momento inclusive a nomear toda a Bossoroca.

As concessões de sesmarias em Bossoroca ocorreram na sua grande maioria entre 1800-1820, verificando-se nestas uma das origens da propriedade privada de terras na região, estabelecendo um modelo social excludente, marcado pelas grandes propriedades rurais e que se estende até os dias atuais, mesmo com a posterior chegada de descendentes de imigrantes italianos e alemães.

Por fim, as narrativas dessas três frentes de ocupação – a indígena guarani, a hispânica missioneira e portuguesa estancieira – são necessárias para a compreensão da formação do patrimônio cultural de Bossoroca. Cada uma delas teve a sua influência, foi presença marcante na construção do patrimônio, da identidade e da cidadania dos bossoroquenses. As marcas dessas frentes de ocupação, referências históricas e culturais que precisam ser interpretadas e avaliadas para que cumpram seu papel na sociedade atual.

Sendo as identidades acionadas em momentos que a sociedade decidem e precisam acioná-las, o missioneirismo em Bossoroca¹² foi acionado quando da promulgação da Lei Orgânica Municipal, em seu 4º artigo que define a cidade como “BUENA TERRA MISSIONEIRA”, suscitando claramente suas origens missioneiras. No entanto muitas representações e símbolos que permanecem vivos na sociedade são facilmente identificados com o passado estancieiro do lugar. Neste momento torna-se claro que não existe uma identidade cultural em Bossoroca, mas identidades que são resultado do processo histórico e da dinâmica cultural.

1.3.1 Lugares de Memória do município de Bossoroca/RS:

Vivenciamos na atualidade, em decorrência da aceleração da história, de que nos fala Pierre Nora, um momento histórico que nos move no sentido de que é urgente e necessário guardar os cacos de memória, os fragmentos que podem sustentar e ancorar as memórias de um grupo para não se perder em definitivo os vínculos com o passado. Neste sentido, Nora afirma que: “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, 9).

¹² POMMER, R. M. G. **Missioneirismo**: história da produção de uma identidade regional. Porto Alegre : Martins Livreiro-Editor, 2009. Essa obra traz reflexões significativas à compreensão das identidades na região das Missões e como elas são acionadas politicamente, bem como as comunidades contemporâneas negociam com o passado missioneiro jesuítico-guarani e se apropriam desse passado histórico, ressignificando-o na atualidade.

A problemática dos lugares evidenciada por Nora nos remete a avaliar e tentar compreender os processos que levam determinados lugares a serem referenciados como lugares de memória e o potencial que tais lugares representam como fonte de entendimentos para compreensão da sociedade. De acordo com Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993, p. 13).

O município de Bossoroca possui lugares que são reconhecidos tanto pelo valor histórico visto que estão diretamente relacionados com a história do município e da região quanto por estarem carregados de representações que foram sendo construídas a partir das relações de poder que se estabeleceram. Esses lugares despertam os sentidos e são capazes de suscitar interpretações acerca do passado do município e traduzir os valores e a cultura das pessoas do lugar. São alguns desses lugares:

Sede da Estância Velha



Fotografia da sede da estância velha, no começo do século XX.



Fotografia da sede da estância velha na atualidade

A casa está construída dentro da área da sesmaria concedida a José Fabrício da Silva no início do século XIX. Esse prédio é um importante marco dentro da história do município, visto que foi a sede da sesmaria dos Fabrício, da qual se tem o instrumento de instituição de posse, marcando o período de ocupação luso-brasileira na região, após a tomada das Missões. Provavelmente foi construída por volta de 1820, e é um dos marcos da inserção da cultura estancieira tão presente no município até os dias de hoje, com um modelo econômico e social calcado na grande propriedade rural.

Fazenda do Sobrado



A sede da fazenda foi construída provavelmente no início do século XIX, pela família Furtado que chegava por intermédio do governo luso-português, neste caso já comprando essas terras. Segundo relatos e alguns estudos o sobrado dos Furtado foi construído sobre os vestígios das construções jesuítico-guaranis. O galpão de pedras, reconhecido por muitos como “senzala” e as mangueiras (em formato redondo) provavelmente são do período jesuítico-guarani, de acordo com o arqueólogo Claudio Batista Carli e Klaus Hilbert em visita oficial ao município.

No local existe uma santa que, de acordo com os relatos da família Furtado, já estava no local quando eles chegaram. A santa é um exemplar de Nossa Senhora da Conceição, entelhada em madeira medindo aproximadamente 70cm de altura, com todas as características das estátuas missioneiras.

Cercarias de Pedra



As cercarias de pedra estão presentes em vários pontos do município, esquecidas pelo tempo nos lugares em que não tem serventia, mas em alguns pontos essas taipas de pedras ainda separam internadas ou servem como divisas com outras propriedades. Mesmo que não se queira, quando se está diante das cercas de pedra são recorrentes os questionamentos: quem as construiu? Quando? Quais foram os custos humanos?

Cemitério dos Cativos



O cemitério dos cativos como é reconhecido, está localizado a sete quilômetros da sede do município, também na já referida estrada geral, que segundo relatos ligava-se desde muito tempo a São Miguel das Missões.

De acordo com Fialho o cemitério surgiu em função de uma lei imperial de 1850 que dizia o seguinte: “é proibido filhos de escravos frequentar escolas junto com brancos, é proibido sepultar escravos junto com brancos, estes deverão ser sepultados em cemitérios separados” (FIALHO, 1992 p. 289). Por ocasião da morte de três escravos durante a vigência da referida lei teria surgido o Cemitério dos Cativos¹³, constando ser o único do gênero no Rio Grande do Sul.

Este é um dos lugares que causa discrepâncias visto que não há um estudo conclusivo mostrando que ali estão, conforme se conhece no município, os restos mortais de três escravos que teriam sido mortos como castigo por terem ocasionado a morte de um menino branco. O fato é que o local é referenciado pela população, está no imaginário coletivo, talvez porque suscite uma necessidade de se afirmar a história dos negros no município

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações pontuais ficam de forma conclusiva enquanto outras ainda ecoam como questões não resolvidas.

Em relação ao conceito de patrimônio fica visível que é ainda hoje terreno de discussões e disputas, que ainda precisa ser construído.

¹³ Em referência `a aquele que vive em cativeiro. No caso cativo e escravo denotam o mesmo significado.

As articulações que envolvem patrimônio e seu entorno estão sempre crivadas de ações e reações políticas, pois as representações que são criadas a partir de determinado patrimônio são inegavelmente um instrumento promovedor de permanências ou transformações da realidade social. Pode-se perceber que as relações de poder estão sempre presentes nas questões patrimoniais, determinando o que se preserva ou deixa de se preservar.

Acredita-se que através da educação patrimonial pode-se conquistar a possibilidade de romper as amarras existentes, sendo que o conhecimento dos processos de formação de identidades podem servir como base para reflexões sobre a realidade existente configurando novas perspectivas de entendimento e relacionamento com o passado e com as estruturas e representações resultantes do processo histórico levando a rupturas ou continuidades.

Por fim, se deve refletir, cada vez mais, acerca do patrimônio existente, a fim de se alcançar novos entendimentos e suscitar novas dúvidas acerca dos símbolos e valores que estão presentes no patrimônio existente e no significado que têm para a comunidade, pois a preservação destes, passa obrigatoriamente pela relação de pertencimento estabelecida entre o bem cultural, seja ele material ou imaterial, e a relação que esses lugares revelam sobre o passado e o presente, através da resignificação do passado e das perspectivas de futuro que se vislumbra neles.

É necessário que se estabeleça uma relação dialógica com os ícones do passado a fim de compreender a relação dos lugares de memória existentes no município com as representações sociais que se estabelecem através do tempo e que estão presentes no cotidiano do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECKER, I. I. B. *El índio y la colonización: Charrúas y Minuanes*. In: Revista **Pesquisas**. Instituto Anchieta de Pesquisas, 37:1-286, 1984 – São Leopoldo

BOSI, E. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. 2º ed. São Paulo: T.A Queiroz Editora, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2º ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BROCHADO, J. P. *O Guarani: o conquistador vencido*. In: RAMIREZ, H [organizador]. **O Índio no Rio Grande do Sul: perspectivas**. Porto Alegre : Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1975.

BURKE, PI (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGO, F. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo : Clio Livros, 2001.

CHAGAS, M. *Cultura, Patrimônio e Memória*. In Revista da **Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**. nº 31. Editora Ciências e Letras, 2002 – POA.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

CUSTÓDIO, L. A. B. *Patrimônio Mundial: Trajetória, Práticas e Desafios*. In: **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**. nº 31. Editora Ciências e Letras, 2002 – POA.

DARONCO, L. J. **A sombra da Cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos crimes (1840-1888)**. Passo Fundo : EdUPF, 2006 [coleção Malungo; 12].

DIEHL, A. A. *Memória e identidade*. In: TEDESCO, J. C. [org.]. **Usos da memória**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria : EdUFSM, 2010.

FIALHO, I.J. B. **Pioneiros de Bossoroca**. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.

FLORES, M. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. 2 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1986.

GOLIN, L. C. **A Fronteira**. Porto Alegre : L&PM, 2002.

LAYTANO, D. **Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

Lei Orgânica Municipal de Bossoroca. 1995

LE GOFF, J. **História e memória**. 5º. ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

MELIÀ, B. **El Guaraní Conquistado y Reducido: ensayos de etnohistoria**. Asunción : CEADUC, 1996.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa**. 9º. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

NORA, P. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. In: Revista **Projeto História**. São Paulo, nº 10, dez 1993.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 9º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POMMER, R. M. G. **Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre : Martins Livreiro-Editor, 2009.

QUEVEDO, J. **As Missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDO, J. **Rio Grande do Sul: aspectos das Missões (em tempo de Despotismo Esclarecido)**. 2º ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1997 [coleção arqueologia; 4], pp. 115-172;

TEDESCO, J. C. (org.). **Usos da memória**. Passo Fundo: UPF, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. 3º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TORRES, D.G. **Cultura Guarani**. Asunción : Editora Litocolor, 1997.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí : editora da UNIJUÍ, 2002.